

CLI Sul S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CLI Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CLI Sul S.A. (“CLI” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CLI Sul S.A. em 31 de Dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras, no mês de novembro de 2022, a Companhia, adquiriu 80% das ações da empresa Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), pelo montante de R\$1.524 milhões. Em 14 de novembro de 2023, a Companhia concluiu a alocação do montante pago, sendo que tal contabilização exigiu o uso de estimativas subjetivas e alto grau de julgamento pela Administração com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a alocação do preço de compra, as divulgações das informações relacionadas a essa transação, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da empresa adquirida. Consequentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes adotados pela Administração da Companhia para identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de compra e registro contábil da alocação do preço e divulgação.
- ii) Avaliação da integridade e exatidão dos modelos de cálculo preparados pela Administração da Companhia no processo de identificação e valorização de ativos e passivos.
- iii) Envolvimento de especialistas internos em técnicas de valorização na avaliação dos modelos desenvolvidos pela Companhia para determinar o valor do preço de compra final.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações relacionadas à aquisição, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas ao processo de conclusão da alocação do preço de compra, endereçada dentro do exercício, bem como ajuste não realizado pela Companhia por ter sido considerado imaterial, que nos levaram a ampliar a extensão e a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de sua controlada são apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e de sua controlada são responsáveis por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e de sua controlada continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia e de sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de sua controlada e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)			31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	165.642	182.531	246.787	428.313	Fornecedores	12.1	315	4.925	16.919	19.986
Contas a Receber	4	-	-	24.268	22.780	Debêntures	16	31.855	23.450	33.798	23.450
Estoques	5	-	-	7.436	11.875	Obrigações trabalhistas	14	-	-	20.793	19.071
Tributos a recuperar	7	4.179	269	25.242	2.269	Obrigações tributárias	14	94	661	20.300	49.583
Partes relacionadas	6	22.000	-	17.371	11.457	Passivo de arrendamento	13	-	-	16.438	15.630
Outros créditos		27	36	3.429	4.131	Partes relacionadas	6	160.000	-	197.828	26.258
Total do Ativo Circulante		<u>191.848</u>	<u>182.836</u>	<u>324.533</u>	<u>480.825</u>	Dividendos a pagar		21.182	-	26.682	-
						Outras contas a pagar	12.2	209	-	15.086	37.619
						Total do Passivo Circulante		<u>213.655</u>	<u>29.036</u>	<u>347.844</u>	<u>191.597</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	84.445	-	90.346	29.791	Debêntures	16	774.226	780.795	962.120	780.795
Estoques		-	-	5.445	-	Passivo de arrendamento	13	-	-	82.357	79.902
Ativo indenizatório		-	-	57.613	66.189	Partes relacionadas	6	-	123.693	-	123.693
Depósitos judiciais	17	-	-	3.890	375	Provisão para riscos	17	-	-	60.917	69.396
Investimentos	8	1.148.447	1.536.562	-	-	Total do Passivo Não Circulante		774.226	904.488	1.105.394	1.053.786
Imobilizado	10	-	-	52.229	63.627	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		<u>987.881</u>	<u>933.524</u>	<u>1.453.238</u>	<u>1.245.383</u>
Direito de uso	9	-	-	92.483	94.169						
Intangível	11	-	-	1.550.670	1.680.419	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Total do Ativo Não Circulante		<u>1.232.892</u>	<u>1.536.562</u>	<u>1.852.676</u>	<u>1.934.570</u>	Capital Social		435.001	800.001	435.001	800.001
						Reserva de Lucros		1.858	-	1.858	-
						Prejuízos acumulados		-	(14.127)	-	(14.127)
						Total do Patrimônio Líquido		<u>436.859</u>	<u>785.874</u>	<u>436.859</u>	<u>785.874</u>
						PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	287.112	384.138
						Total do Patrimônio Líquido		436.859	785.874	723.971	1.170.012
TOTAL ATIVO		<u>1.424.740</u>	<u>1.719.398</u>	<u>2.177.209</u>	<u>2.415.395</u>	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.424.740</u>	<u>1.719.398</u>	<u>2.177.209</u>	<u>2.415.395</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	21	-	-	671.177	38.069
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	-	-	(307.764)	(21.524)
LUCRO BRUTO		-	-	363.413	16.545
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(55.651)	(12.121)	(87.755)	(14.607)
Resultado de equivalência patrimonial	8	158.451	19.141	-	-
Outras despesas operacionais	22	(36.307)	(6.672)	(87.364)	(9.044)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		66.493	348	188.294	(7.106)
RECEITAS FINANCEIRAS	23	20.390	2.949	60.018	5.206
Despesas Financeiras	23	(134.159)	(17.424)	(153.266)	(18.770)
Variações cambiais, líquidas	23	-	-	(2.138)	-
Resultado financeiro líquido		(113.769)	(14.475)	(95.386)	(13.564)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(47.276)	(14.127)	92.908	(20.670)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	15	-	-	(89.817)	(3.422)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	15	84.443	-	60.548	13.081
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		37.167	(14.127)	63.639	(11.011)
Atribuível a					
Participação dos acionistas da Companhia		37.167	(14.127)	37.167	(14.127)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	26.472	3.116
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)	19	0,047	(0,129)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>37.167</u>	<u>(14.127)</u>	<u>63.639</u>	<u>(11.011)</u>
Lucro (prejuízo) abrangente do exercício	<u>37.167</u>	<u>(14.127)</u>	<u>63.639</u>	<u>(11.011)</u>
ATRIBUÍVEL À				
Participação dos acionistas da controladora	37.167	(14.127)	37.167	(14.127)
Participação dos acionistas não controladores				
Total	<u>37.167</u>	<u>(14.127)</u>	<u>37.167</u>	<u>(14.127)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido
 (Em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores			Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Resultados acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021	1	-	-	-	1
Aumento de capital (Nota 18.1)	800.000	-	-	-	800.000
Participação de não-controladores na aquisição de controlada (Nota 2.6)	-	-	-	381.022	381.022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	(14.127)	3.116	(11.011)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (reapresentado)	800.001	-	(14.127)	384.138	1.170.012
Lucro do exercício	-	-	37.167	26.472	63.639
Constituição de reserva legal	-	1.858	(1.858)	-	-
Dividendos declarados e não pagos	-	-	(21.182)	-	(21.182)
Redução de capital social	(365.000)	-	-	-	(365.000)
Redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas	-	-	-	(99.039)	(99.039)
Pagamento de dividendos à minoritários de controlada	-	-	-	(18.959)	(18.959)
Pagamento de dividendos declarados e não pagos à não controladores	-	-	-	(5.500)	(5.500)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023	435.001	1.858	-	287.112	723.971

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(47.276)	(14.127)	92.908	(20.670)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	8,9, 10 e 11	52.566	6.672	127.042	14.235
Provisão para participações nos resultados e bônus		-	-	10.088	-
Reversão de demandas judiciais	17	-	-	(5.644)	-
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	1.108	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	16	134.159	16.880	150.508	18.770
Efeitos de atualização da combinação de negócios		36.307	-	36.307	-
Baixas de ativo imobilizado		-	-	41.101	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	(158.451)	(19.141)	-	-
Outros		-	-	5.109	16.185
		<u>17.305</u>	<u>(9.716)</u>	<u>458.527</u>	<u>28.520</u>
REDUÇÃO/(AUMENTO) EM ATIVOS					
Contas a receber de clientes		-	-	(4.733)	(22.780)
Estoques		-	-	(1.006)	(428)
Partes relacionadas, líquidas		-	-	5.730	(11.457)
Impostos a recuperar		(3.910)	-	8.273	(493)
Outras contas a receber		7	(36)	(2.258)	874
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS					
Fornecedores		(4.610)	4.925	(2.999)	(2.772)
Obrigações trabalhistas		-	-	(8.366)	-
Obrigações tributárias		(567)	392	(880)	(21.713)
Adiantamento de clientes		-	-	2.889	-
Outros passivos		(932)	-	(26.098)	37.648
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		<u>7.293</u>	<u>(4.435)</u>	<u>429.079</u>	<u>7.399</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(147.066)	(1.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		<u>7.293</u>	<u>(4.435)</u>	<u>282.013</u>	<u>6.099</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adições ao imobilizado e intangível	10	-	-	(19.480)	(2.313)
Redução de capital social de investida	8	396.160	-	-	-
Valor pago em combinação de negócios, líquido de caixa adquirido	2.6	-	(1.400.400)	-	(1.161.431)
Recebimento de dividendos de investida	8	75.840	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>472.000</u>	<u>(1.400.400)</u>	<u>(19.480)</u>	<u>(1.163.744)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de novos empréstimos	16	-	787.365	187.826	787.365
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(8.000)	-	(8.000)	-
Juros pagos	16	(123.182)	-	(123.182)	-
Amortização de principal de arrendamento	13	-	-	(3.243)	(244)
Pagamento de juros de arrendamento	13	-	-	(14.462)	(1.164)
Aumento e Redução de Capital	18.1	(365.000)	800.000	(365.000)	800.000
Redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas		-	-	(99.039)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	(18.959)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(496.182)</u>	<u>1.587.365</u>	<u>(444.059)</u>	<u>1.585.957</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>(16.889)</u>	<u>182.530</u>	<u>(181.526)</u>	<u>428.312</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		182.531	1	428.313	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		165.642	182.531	246.787	428.313
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>(16.889)</u>	<u>182.530</u>	<u>(181.526)</u>	<u>428.312</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS	-	-	723.363	40.369
Vendas de produtos e serviços	-	-	724.435	40.369
Outras receitas operacionais	-	-	36	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	-	(1.108)	-
			-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.957)	(12.121)	(219.445)	(30.940)
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	-	-	(103.319)	(15.758)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.957)	(12.121)	(75.025)	(15.182)
Perda para recuperação de valores ativos, incluindo baixas de ativos	-	-	(41.101)	-
Valor adicionado bruto	(2.957)	(12.121)	503.918	9.429
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(52.566)	(6.672)	(127.042)	(14.235)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(55.523)	(18.793)	376.876	(4.806)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	178.841	22.090	62.039	5.206
Resultado de equivalência patrimonial	158.451	19.141	-	-
Receitas financeiras	20.390	2.949	62.039	5.206
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	123.318	3.297	438.915	400
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	123.318	3.297	438.915	400
Pessoal	-	-	99.532	-
Pessoal	-	-	80.672	-
Encargos	-	-	18.860	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(83.367)	-	84.966	(7.359)
Federais	(83.426)	-	53.886	(9.659)
Estaduais	1	-	76	-
Municipais	58	-	31.004	2.300
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	169.518	17.424	190.778	18.770
Despesas financeiras	133.211	17.424	154.471	18.770
Outros	36.307	-	36.307	-
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	37.167	(14.127)	63.639	(11.011)
Lucros (prejuízo) retidos no período	37.167	(14.127)	37.167	(14.127)
Participação dos acionista não controladores	-	-	26.472	3.116

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A CLI Sul S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de agosto de 2021, exercício em que permaneceu sem atividades operacionais.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de “commodities”, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, região sudeste do Brasil.

Em julho de 2022, a CLI Sul foi adquirida pela atual controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A. por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), de acordo com a estratégia de negócios da Companhia. Até a aquisição da EPSA em novembro de 2022, não houve transações na Companhia.

Aquisição EPSA

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na EPSA (ações ordinárias com direito a voto), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos; em 14 de novembro de 2022, foi concluída a operação junto à Rumo S.A. A partir dessa data o controle acionário passou a ser detido pela Companhia. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

A Companhia, por meio de sua controlada EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de “commodities”, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão são extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

1.2. Outros assuntos

Conflito entre Rússia e Ucrânia

Contexto geral

A invasão da Ucrânia pelas forças russas, em 24 de fevereiro de 2022, constituiu um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das Companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de “commodities” e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia monitora constantemente os possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia são relevantes exportadores de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.

- “Commodities”: No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas “commodities”, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “*impairment*” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de “*impairment*”. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia e sua subsidiária.

2.2. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

2.3. Base para consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA em 14 de novembro de 2022 (nota explicativa nº 1.1). Dado que, após análise da Administração, os 14 dias entre essa data e 30 de novembro de 2022, foram considerados quantitativamente e qualitativamente não relevantes para a preparação das Demonstrações Financeiras tomada como um todo, sendo assim, para fins comparativos, foram apresentados o período de 30 dias findo em 31 de dezembro de 2022 (01 de dezembro a 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 2.6.

b) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um “input” - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar “output” - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o “input” - entrada de recursos adquirido em “outputs” - saídas de recursos, e os “inputs” - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir “outputs” e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo “outputs” - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

c) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “*demurrage*”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

- Provisão para “*demurrage*”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “*Laytime*” (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “*laytime*” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

f) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6., os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos desses ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que podem ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

g) Passivos de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o “rating” de crédito).

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e Combinação de negócios

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IFRS 3 / CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência do assunto descrito abaixo.

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 80% das ações ordinárias com direito a voto da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”). O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (nota explicativa nº 6)	<u>123.693</u>
Contraprestação a ser transferida na data da transação	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro final de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

No último trimestre de 2023, a CLI Sul concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está rerepresentando nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os impactos decorrentes da mensuração final. A comparação entre a alocação provisória e a alocação final, estão descritas abaixo.

Essa contabilização preliminar e final considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia.

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base 01 de dezembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração, em análises subsequentes ao registro preliminar, conclui que o impacto dos 14 dias entre 16 de Novembro e 30 de novembro de 2022, não eram relevantes quantitativamente e qualitativamente para o preparado das Demonstrações Financeiras.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

	<u>Preliminar</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Final</u>
Total da contraprestação (I)	1.524.093	-	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos	<u>2.188.882</u>	<u>24.548</u>	<u>2.213.430</u>
Caixa	17.119	-	17.119
Aplicações financeiras	221.850	-	221.850
Contas a receber	24.969	-	24.969
Estoque	14.494	(3.046)	11.448
Imposto de renda diferido	16.715	-	16.715
Imobilizado (1)	583.815	46.220	630.035
Direito de uso	84.771	9.991	94.762
Intangível	5.100	-	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588	(53.348)	1.120.240
Ativo indenizatório (4)	41.458	24.731	66.189
Outros ativos	5.003	-	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos	<u>280.611</u>	<u>27.703</u>	<u>308.314</u>
Fornecedores	13.539	-	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987	-	21.987
Adiantamentos	7.124	-	7.124
Obrigações tributárias	92.124	-	92.124
Arrendamentos CP	16.085	(561)	15.524
Passivo registrado a favor da Raízen (7)	-	11.918	11.918
Provisão de riscos (3)	41.171	24.731	65.902
Arrendamentos LP	88.581	(8.385)	80.196
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	<u>1.908.271</u>	<u>(3.155)</u>	<u>1.905.116</u>
Participação de não controladores (III)	381.654	(631)	381.023
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>	<u>42.691</u>	<u>-</u>
	338.963	42.060	381.023
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	(8.006)	8.006	-
Reconhecimento de compra vantajosa no resultado findo em 31 de dezembro de 2022 (provisório) (I-II+III+IV)	<u>(10.530)</u>	<u>10.530</u>	<u>-</u>

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo. Em adição, foi reconhecido menos valia no ativo imobilizado no montante de R\$42.576 referente a totalidade do projeto para cobertura do cais de Santos, o qual foi concluído pela inviabilidade técnica em 2022.

- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multiperíodo (“MEEM”), método que isola a receita/fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estimado o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível. Em adição, visto que os ativos da adquirida refere-se a concessão, o qual serão retornados ao concedente ao término do período da concessão, não foi constituído ágio ou compra vantajosa, sendo alocado nessa rubrica.

Em adição, após os doze meses da aquisição e os ajustes finais de alocação do preço de compra, foi identificado a baixa de certos imobilizados que na data da aquisição indevidamente não haviam sido baixados no montante de R\$19.784 (líquido de imposto de renda e contribuição social). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referidos ativos foram baixados e, conseqüentemente, a mais valia do intangível da licença de operação foi ajustado. Dado a imaterialidade do montante, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, as demonstrações financeiras comparativas não foram reapresentadas em decorrência desse erro.

- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos. Na alocação final, foi reconhecido passivo contingente relacionado a processos ambientais, identificados posteriormente a alocação preliminar.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (“closing”). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária, trabalhista e ambientais.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro 2022. Desta forma, ajustes preliminares referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários. Posteriormente, em análise mais detalhada, o resultado líquido desses 16 dias foi considerado não relevante e imaterial, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo (R\$9.139 de lucro líquido desses 16 dias). Substancialmente em decorrência desse assunto, a reapresentação do resultado de 2022 foi necessária.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e foram ajustados na alocação de preço final.
- (7) Posterior a alocação preliminar, foi constatado uma renegociação entre a EPSA e a Raízen decorrente de transações comerciais anteriores a aquisição da EPSA pela Companhia. Com isso, esse saldo foi ajustado no balanço de abertura com efeito na alocação de preço final.

Em decorrência desses assuntos supracitados, apresentamos abaixo os saldos rerepresentados comparados aos originalmente apresentados.

Balço Patrimonial

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	31/12/2022 (reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	182.531	-	182.531	428.313	-	428.313
Contas a Receber	-	-	-	22.780	-	22.780
Estoques	-	-	-	14.922	(3.047)	11.875
Tributos a recuperar	269	-	269	2.269	-	2.269
Partes relacionadas	-	-	-	11.457	-	11.457
Outros créditos	36	-	36	4.131	-	4.131
Total do Ativo Circulante	182.836	-	182.836	483.872	(3.047)	480.825
ATIVO NÃO CIRCULANTES						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	15.315	14.476	29.791
Estoques	-	-	-	-	-	-
Ativo indenizatório	41.171	(41.171)	-	41.171	25.018	66.189
Depósitos judiciais	-	-	-	375	-	375
Investimentos	1.528.507	8.055	1.536.562	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	63.627	-	63.627
Direito de uso	-	-	-	84.241	9.928	94.169
Intangível	-	-	-	1.695.768	(15.349)	1.680.419
Total do Ativo Não Circulante	1.569.678	(33.116)	1.536.562	1.900.497	34.073	1.934.570
Total Ativo	1.752.514	(33.116)	1.719.398	2.384.369	31.026	2.415.395
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	4.925	-	4.925	19.986	-	19.986
Debêntures	23.450	-	23.450	23.450	-	23.450
Obrigações trabalhistas	-	-	-	19.071	-	19.071
Obrigações tributárias	661	-	661	49.583	-	49.583
Passivo de arrendamento	-	-	-	16.188	(558)	15.630
Partes relacionadas	-	-	-	14.340	11.918	26.258
Dividendos a pagar	3.660	(3.660)	-	3.660	(3.660)	-
Outras contas a pagar	-	-	-	37.648	(29)	37.619
Total do Passivo Circulante	32.696	(3.660)	29.036	183.926	7.671	191.597
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Debêntures	780.795	-	780.795	780.795	-	780.795
Passivo de arrendamento	-	-	-	88.234	(8.332)	79.902
Partes relacionadas	123.693	-	123.693	123.693	-	123.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.580	(3.580)	-	3.580	(3.580)	-
Provisão para riscos	-	-	-	44.665	24.731	69.396
Total do Passivo Não Circulante	908.068	(3.580)	904.488	1.040.967	12.819	1.053.786
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	940.764	(7.240)	933.524	1.224.893	20.490	1.245.383
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	800.001	-	800.001	800.001	-	800.001
Reserva de Lucros	11.749	(11.749)	-	11.749	(11.749)	-
Prejuízos acumulados	-	(14.127)	(14.127)	-	(14.127)	(14.127)
	811.750	(25.876)	785.874	811.750	(25.876)	785.874
Participação de Não Controladores	-	-	-	347.726	36.412	384.138
Total do Patrimônio Líquido	811.750	(25.876)	785.874	1.159.476	10.536	1.170.012
Total Passivo e Patrimônio Líquido	1.752.514	(33.116)	1.719.398	2.384.369	31.026	2.415.395

Demonstrações do resultado

	Controladora			Consolidado		
	14/11/2022 a	Ajustes	01/12/2022 a	14/11/2022 a	Ajustes	01/12/2022 a
	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022
	(Original)		(reapresentado)	(Original)		(reapresentado)
Receita operacional líquida	-	-	-	87.000	(48.931)	38.069
Custo dos serviços prestados				(30.190)	8.666	(21.524)
Lucro Bruto	-	-	-	56.810	(40.265)	16.545
Receitas (despesas) operacionais:						
Despesas gerais e administrativas	(12.121)	-	(12.121)	(12.125)	(2.482)	(14.607)
Resultado de equivalência patrimonial	35.055	(15.914)	19.141	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	10.530	(17.202)	(6.672)	10.637	(19.681)	(9.044)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	33.464	(33.116)	348	55.322	(62.428)	(7.106)
Receitas Financeiras	2.949	-	2.949	5.206	-	5.206
Despesas Financeiras	(17.424)	-	(17.424)	(17.947)	(823)	(18.770)
Variações cambiais, líquidas	-	-	-	1.034	(1.034)	-
Resultado financeiro líquido	(14.475)	-	(14.475)	(11.707)	(1.857)	(13.564)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	18.989	(33.116)	(14.127)	43.615	(64.285)	(20.670)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(11.545)	8.123	(3.422)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.580)	3.580	-	(7.898)	20.979	13.081
Lucro (Prejuízo) do exercício	15.409	(29.536)	(14.127)	24.172	(35.183)	(11.011)
Atribuível a						
Participação dos acionistas da Companhia	15.409	(29.536)	(14.127)	15.409	(29.536)	(14.127)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	8.763	(5.647)	3.116
Lucro (prejuízo) básico por ação (expresso em R\$ por ação)	0,1400	(0,2689)	(0,1289)			

Demonstrações das mutações de patrimônio líquido

	Atribuído à participação dos controladores							
	Capital social	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros	Total				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (originalmente apresentado)	800.001	770	10.979	11.749	-	811.750	347.726	1.159.476
Ajustes no resultado do exercício	-	-	-	-	(29.536)	(29.536)	(5.647)	(35.183)
Ajustes na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	42.059	42.059
Reversão reservas de lucros	-	(770)	(10.979)	(11.749)	11.749	-	-	-
Reversão de dividendos provisionados em 2022 e não pagos	-	-	-	-	3.660	3.660	-	3.660
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (reapresentado)	800.001	-	-	-	(14.127)	785.874	384.138	1.170.012

Demonstrações do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	14/11/2022 a	Ajustes	01/12/2022 a	14/11/2022 a	Ajustes	01/12/2022 a
	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022
		(Reapresentado)			(Reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	15.409	(29.536)	(14.127)	24.172	(44.842)	(20.670)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	-	6.672	6.672	11.682	8.340	20.022
Reversão de demandas judiciais	-	-	-	3.494	(3.494)	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	16.880	-	16.880	18.044	726	18.770
Reconhecimento de compra vantajosa	(10.530)	10.530	-	(10.530)	10.530	-
Resultado de equivalência patrimonial	(35.055)	15.914	(19.141)	-	-	-
Impostos diferidos	3.580	(3.580)	-	19.443	(19.443)	-
Outros	-	-	-	10.398	-	10.398
	(9.716)	-	(9.716)	76.703	(48.183)	28.520
Redução/(aumento) em ativos						
Contas a receber de clientes	-	-	-	(46.743)	23.963	(22.780)
Estoques	-	-	-	(428)	-	(428)
Partes relacionadas, líquidas	-	-	-	(11.457)	-	(11.457)
Impostos a recuperar	-	-	-	(493)	-	(493)
Outras contas a receber	(36)	-	(36)	874	-	874
Aumento/(redução) em passivos						
Fornecedores	4.925	-	4.925	(2.772)	-	(2.772)
Obrigações trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	392	-	392	(45.933)	24.220	(21.713)
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	37.648	-	37.648
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(4.435)	-	(4.435)	7.399	-	7.399
Juros pagos	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.300)	-	(1.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(4.435)	-	(4.435)	6.099	-	6.099
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.400.400)	-	(1.400.400)	(1.163.744)	-	(1.163.744)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	1.587.365	-	1.587.365	1.585.957	-	1.585.957
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	182.530	-	182.530	428.312	-	428.312
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-	1	1	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	182.531	-	182.531	428.313	-	428.313
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	182.530	-	182.530	428.312	-	428.312

Demonstração do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	14/11/2022 a	Ajustes	01/12/2022 a	14/11/2022 a	Ajustes	01/12/2022 a
	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022
Receitas	10.530	(10.530)	-	102.894	(62.525)	40.369
Vendas de produtos e serviços	-	-	-	92.257	-	40.369
Outras receitas operacionais	10.530	(10.530)	-	10.637	(10.637)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	-	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(11.385)	(736)	(12.121)	(11.939)	(19.001)	(30.940)
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	-	-	-	(6.968)	-	(15.758)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.385)	(736)	(12.121)	(4.971)	(10.211)	(15.182)
Perda para recuperação de valores ativos, incluindo baixas de ativos	-	-	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	(855)	(11.266)	(12.121)	90.955	(81.526)	9.429
Depreciações e amortizações	-	-	(6.672)	(11.682)	-	(14.235)
Valor adicionado produzido pela Entidade	(855)	(17.938)	(18.793)	79.273	(84.079)	(4.806)
Valor adicionado recebido em transferência	38.004	(15.914)	22.090	6.778	(1.572)	5.206
Resultado de equivalência patrimonial	35.055	(15.914)	19.141	-	-	-
Receitas financeiras	2.949	-	2.949	6.778	(1.572)	5.206
Valor adicionado total a distribuir	37.149	(33.852)	3.297	86.051	(85.651)	400
Distribuição do valor adicionado	37.149	(33.852)	3.297	86.051	(85.651)	400
Pessoal	-	-	-	12.821	(12.821)	-
Pessoal	-	-	-	9.911	(9.911)	-
Encargos	-	-	-	2.910	(2.910)	-
Impostos, taxas e contribuições	4.313	(4.313)	-	25.938	(33.297)	(7.359)
Federais	4.313	(4.313)	-	22.080	(31.739)	(9.659)
Estaduais	-	-	-	27	-	-
Municipais	-	-	-	3.831	-	2.300
Remuneração de capitais de terceiros	17.427	(3)	17.424	23.120	(4.350)	18.770
Despesas financeiras	17.424	-	17.424	18.485	285	18.770
Outros	3	(3)	-	4.635	(4.635)	-
Remuneração de capitais próprios	15.409	(29.536)	(14.127)	24.172	(35.183)	(11.011)
Lucros (prejuízo) retidos no período	15.409	(29.536)	(14.127)	15.409	(29.536)	(14.127)
Participação dos acionista não controladores	-	-	-	8.763	-	3.116

A demonstração do resultado abrangente alterou apenas no lucro (prejuízo) do exercício, similar as demonstrações do resultado, sendo assim, a Administração concluiu não ser relevante sua divulgação.

2.7. Principais políticas e práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

2.7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até no máximo 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e de sua controlada foram calculados com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

b) Impostos diferidos

Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

2.7.4. Moeda estrangeira

Transações em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas (diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

2.7.5. Estoques

Os estoques mantidos pela Companhia referem-se substancialmente a peças e insumos mantidos em estoque para consumo na operação e espera-se consumi-los dentro do período. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido de custos incorridos estimados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.7.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.7.7. Instrumentos financeiros

Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
 - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7.8. Intangível

Direito de exploração

A Companhia e sua controlada possuem concessões de serviços públicos decorrentes de contratos de arrendamento. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, as suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulado pelo poder concedente. Dessa forma, os saldos são apresentados na rubrica de Direito de Uso, ficando alocado no intangível o pagamento da outorga do início do contrato e bens reversíveis oriundos destes contratos.

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Exceto pelo ágio e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

2.7.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

2.7.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.7.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.7.12. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço.

A receita é reconhecida no resultado em virtude da prestação de serviços de elevações portuárias através da operação de terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

As receitas de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços/comercialização de elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

2.7.13. Resultado por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.7.14. Informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas na nota explicativa nº 24 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

2.7.15. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativo se a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros da controlada, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.7.16. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e sua controlada avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e pagamentos mínimos (movimentações mínimas contratuais) fixados no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e sua controlada utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de sua controlada. Geralmente, a Companhia e sua controlada usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e sua controlada determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e sua controlada alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e sua controlada optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e sua controlada reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.7.17. CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

O Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos descritos na Declaração de Prática 2.

Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. A adoção da norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. A adoção da norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.7.18. CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes para a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Essa norma não é aplicável para a Companhia.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Os Diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.

Os diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo “acordos de financiamento de fornecedores” não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- Os termos e as condições dos acordos.
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos.
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento.
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores.
- Informações sobre o risco de liquidez.

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

Os diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e leaseback que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS16 pela primeira vez.

Os diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	15	13.404	9.845	18.512
Aplicações financeiras	165.627	169.127	236.942	409.801
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>165.642</u>	<u>182.531</u>	<u>246.787</u>	<u>428.313</u>

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 93,06% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Composição das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos:				
CDB	165.627	138.741	236.942	338.726
Operações compromissadas (i)	-	30.386	-	71.075
Total Aplicações financeiras	<u>165.627</u>	<u>169.127</u>	<u>236.942</u>	<u>409.801</u>

(i) Trata-se de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa, integralmente liquidadas em 2023.

4. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes estrangeiros	6.684	13.366
Clientes Nacionais	18.692	9.414
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.108)	-
Total	<u>24.268</u>	<u>22.780</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos a vencer	15.618	18.799
Créditos vencidos até 60 dias	6.397	2.353
Créditos vencidos de 61 a 180 dias	-	1.628
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	1.471	-
Créditos vencidos acima de 361 dias	1.890	-
Total	<u>25.376</u>	<u>22.780</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

Abaixo apresentamos a movimentação dos saldos da provisão para perda do valor recuperável:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Provisões	(1.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(1.108)</u>

5. ESTOQUE

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Peças e acessórios	9.760	9.723
Combustíveis e lubrificantes	740	344
Almoxarifado e outros	2.381	1.808
Total	<u>12.881</u>	<u>11.875</u>
Circulante	7.436	11.875
Não circulante	5.445	-

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$6.140 em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A movimentação da provisão para realização dos estoques para os períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(6.140)	-
Saldo oriundo de combinação de negócio	-	(6.140)
Saldo final	<u>(6.140)</u>	<u>(6.140)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
<u>Ativo circulante</u>				
Contas a receber de clientes:				
Elevações Portuárias S.A. - (dividendos)	22.000	-	-	-
Raízen Energia S.A. e Controladas (iv)	-	-	9.077	6.629
Rumo S.A. (ii)	-	-	8.294	4.828
Total Ativo circulante	<u>22.000</u>	<u>-</u>	<u>17.371</u>	<u>11.457</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Fornecedores:				
Rumo S.A. (i) e (iii)	160.000	-	179.514	4.114
Raízen S.A. (iv) e (vi)	-	-	6.352	20.671
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (v)	-	-	9.968	-
Outros	-	-	1.994	1.473
Total Passivo circulante	<u>160.000</u>	<u>-</u>	<u>197.828</u>	<u>26.258</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
Fornecedores:				
Rumo S.A. (i)	-	123.693	-	123.693
Total Passivo	<u>160.000</u>	<u>123.693</u>	<u>197.828</u>	<u>149.951</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA terão direito ao recebimento desse montante condicionado a realização de incorporação societária no prazo de 18 meses a partir da data da aquisição da EPSA (14 de novembro de 2022). O valor atualizado da contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2023 é de R\$160.000 (R\$123.693 em 31 de dezembro de 2022); o efeito da atualização foi registrado na demonstração de resultado em outras despesas operacionais. Este valor corresponderá a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente da Controladora na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios.
- (ii) Os saldos de contas a receber, no ativo circulante, são rateios de despesas administrativas entre a controlada EPSA e Rumo S.A. com preços e condições determinados entre as partes, bem como saldo a receber de *demurrage*, sendo que esse montante é compensado com saldos a pagar de mesma natureza com terceiros.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes, e saldo de R\$10.824 a ser reembolsado à Rumo (vide nota explicativa nº7).
- (iv) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, referem-se a transações comerciais entre a EPSA e a Raízen S.A, parcialmente compensados com provisões de *demurrage* a ser pago para a Raízen.
- (v) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
- (vi) O saldo de 31 de dezembro de 2022 refere-se, substancialmente, à transação entre a EPSA e Raízen incorrida antes da aquisição pela Companhia, estando alocado no preço de aquisição (nota explicativa nº 2.6). O montante foi liquidado em 2023.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2023</u>
Receita operacional líquida:	
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	123.488
Rumo S.A. (iii)	21.916
Outros	-
	<u>145.404</u>
Compras de produtos/insumos:	
Logisport Armazéns Gerais S.A. (ii)	(11.902)
Rumo S.A. (iii)	(2.876)
Outros	(1.253)
	<u>(16.031)</u>
Despesa compartilhada:	
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (iv)	(17.480)
	<u>(17.480)</u>

(i) A prestação de serviços ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado. (empresas grupo Rumo).

(ii) A prestação de serviços ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).

(iii) A prestação de serviço ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).

(iv) A prestação de serviços ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 junto à Corredor Logística e Infraestrutura S.A. se refere à rateios corporativos de serviços compartilhados, de acordo com o contrato entre as partes.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS	-	-	1.054	95
COFINS	-	-	4.740	-
IRPJ/CSLL (1)	4.179	269	19.051	1.776
Previdenciário	-	-	397	398
Total	4.179	269	25.242	2.269

- 1) Em 2018, a controlada, EPSA, entrou com liminar contra a decisão da Receita Federal Brasileira que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e contribuição social por estimativa. Essa liminar foi derrubada em 2023, com isso, a EPSA efetuou o pagamento de R\$12.850 no ano corrente, sendo que R\$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro. O montante pago foi integralmente reembolsado pela Rumo S.A. e uma vez que a Companhia compense ou restitua deverá devolvê-lo.

8. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos:

Nome da controlada	EPSA	
Controladora	CLI Sul S.A.	
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta	
Número de ações	177.197.257	
Tipo de ações	Ordinárias	
% Participação	80%	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022 (i)</u> (reapresentado)
Total do ativo de controlada	1.922.915	2.187.899
Total do passivo de controlada	459.856	284.129
Patrimônio líquido de controlada – Ajustado	1.435.558	1.876.233
Resultado de controlada - Ajustado	<u>198.063</u>	<u>43.819</u>
Valor do investimento	<u>1.170.447</u>	<u>1.528.507</u>

- (i) O lucro da controlada refere-se ao período após a obtenção do controle em 14 de novembro de 2022. Como parte da alocação final, a Administração revisou os resultados de 16 dias incorridos novembro de 2022, conforme nota explicativa nº 2.6. Os ajustes decorrentes foram efetuados como parte do preço de alocação final da combinação de negócios.

b) Movimentação dos investimentos:

	<u>EPSA</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Aquisição de controlada	1.524.093
Equivalência patrimonial	19.141
Amortização de mais-valia	<u>(6.672)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	<u>1.536.562</u>
Equivalência patrimonial	158.451
Amortização de mais-valia	(52.566)
Redução de capital social da investida	(396.160)
Pagamento de dividendos pela investida	(75.840)
Declaração de dividendos e não pagos	<u>(22.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.148.447</u></u>

9. DIREITO DE USO

<u>Consolidado (reapresentado)</u>					
	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2021	Saldos oriundos de combinação de negócios	Depreciação	Saldo contábil 31/12/2022
Concessão - Elevações portuárias S.A.	14	-	94.762	(593)	94.169
Total do ativo		<u>-</u>	<u>94.762</u>	<u>(593)</u>	<u>94.169</u>

<u>Consolidado</u>					
	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Depreciação	Saldo contábil 31/12/2023
Concessão - Elevações portuárias S.A.	14	94.169	5.830	(7.516)	92.483
Total do ativo		<u>94.169</u>	<u>5.830</u>	<u>(7.516)</u>	<u>92.483</u>

10. IMOBILIZADO

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Terrenos, edifícios e benfeitorias	35.146	18.598
Máquinas, equipamentos e instalações	16.509	17.134
Obras em andamento	-	27.026
Móveis e utensílios	574	869
Total	<u>52.229</u>	<u>63.627</u>

Movimentação do ativo imobilizado do Consolidado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Adições	-	-	2.313	-	2.313
Depreciação no exercício	(2.077)	(28)	-	(516)	(2.621)
Saldos oriundos de combinação de negócio (i)	20.675	897	24.713	17.650	63.935
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.598	869	27.026	17.134	63.627
Depreciação no exercício	(2.191)	(368)	-	(4.748)	(7.307)
Baixas	-	(75)	(4.016)	-	(4.091)
Transferências	18.739	148	(23.010)	4.123	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.146	574	-	16.509	52.229

- (i) Conforme nota explicativa nº 2.6, foi alocado ao ativo imobilizado o montante de R\$630.035. Conforme prática contábil da Companhia, os ativos reversíveis ao poder concedente ao final do prazo de concessão, foi classificado como intangível (R\$566.100). Vide nota explicativa nº 11.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	<u>Vida útil - 2023</u>
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos

Em 31 de setembro de 2023 e 2022, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

11. INTANGÍVEL

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> <u>(reapresentado)</u>
Licença de operação	148.367	156.432
Bens de concessão	467.221	518.080
Mais-valia - Contrato de Concessão	935.082	1.005.907
	<u>1.550.670</u>	<u>1.680.419</u>

Licença de operação

Se refere ao valor pago a título de outorga no contrato de concessão da controlada EPSA.

Mais-valia

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais-valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela CLI Sul. A vida útil remanescente foi determinada em 13,25 anos, de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA na data de aquisição do negócio.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização % (Consolidado)
--------------------------------	---

Licença de operação e bens de concessão (CLI Sul S.A. - EPSA)	3,70%
---	-------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

	Consolidado			
	Licença de operação	Mais-valia	Bens de concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundos de combinação de negócio (nota explicativa nº 2.6)	157.415	1.014.313	519.712	1.691.440
Amortização no exercício	(983)	(8.406)	(1.632)	(11.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	156.432	1.005.907	518.080	1.680.419
Adição	5.843	13.636	-	19.479
Baixa	-	-	(37.010)	(37.010)
Amortização no exercício	(13.908)	(84.461)	(13.849)	(112.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	148.367	935.082	467.221	1.550.670

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	315	4.925	13.984	17.864
Outros	-	-	2.935	2.122
Total fornecedores	315	4.925	16.919	19.986

12.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Provisão de "demurrage" (nota explicativa nº 2.5 (d))	-	-	367	27.364
Provisão de estadia (nota explicativa nº 2.5 (d))	-	-	3.515	2.497
Provisões diversas	-	-	4.051	-
Adiantamento de clientes	-	-	6.505	3.615
Outros	209	-	648	4.143
Total Outras contas a pagar	209	-	15.086	37.619

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou a sua taxa de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de passivo de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	95.720
Apropriação de juros	1.220
Pagamento	(1.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	95.532
Remensurações (efeito da atualização anual pelo IPCA)	5.830
Apropriação de juros	15.138
Pagamento de principal	(3.243)
Pagamento de juros	(14.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>98.795</u>
Circulante	16.438
Não circulante	<u>82.357</u>
	<u>98.795</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos	
Vencimento das prestações	<u>Consolidado</u>
2024	18.083
2025	18.110
2026	19.619
2027 até o término do contrato	166.006
Valor não descontado	221.818
Juros embutido	(123.023)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>98.795</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	<u>31/12/2023</u>	
	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	221.818	98.795
PIS/COFINS potencial (9,25%)	20.518	9.139

Outras divulgações

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 5,69% a.a. (B3) para Controladora e sua subsidiária.

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2023</u>
<u>Passivo de arrendamento</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	98.795
Fluxo com projeção de inflação	<u>104.413</u>
Variação	<u>5.618</u>
<u>Direito de uso</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	92.483
Fluxo com projeção de inflação	<u>97.742</u>
Variação	<u>5.259</u>
<u>Despesa financeira</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	15.138
Fluxo com projeção de inflação	<u>15.999</u>
Variação	<u>861</u>
<u>Despesa de depreciação</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(7.516)
Fluxo com projeção de inflação	<u>(7.943)</u>
Variação	<u>(427)</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos		-	20.793	19.071
Obrigações trabalhistas		-	<u>20.793</u>	<u>19.071</u>
IRPJ/CSLL	-	-	11.138	42.446
ICMS	-	-	1.953	2.042
COFINS	64	82	64	82
ISS	-	-	2.828	1.690
Outros impostos a recolher	30	579	4.317	3.323
Obrigações tributárias	<u>94</u>	<u>661</u>	<u>20.300</u>	<u>49.583</u>
Total	<u>94</u>	<u>661</u>	<u>41.093</u>	<u>68.654</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(47.276)	(14.127)	92.908	(20.670)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	16.074	4.803	(31.589)	7.028
Equivalência patrimonial	53.873	6.508	-	-
Amortização mais valia indedutível	11.616	-	3.689	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	-	(4.249)	3.084
Remensuração da alocação do preço de compra decorrente da combinação de negócio (nota 2.6)	-	(8.431)	-	2.427
Crédito de imposto constituído (não constituído) (i)	2.880	(2.880)	2.880	(2.880)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	84.443	-	(29.269)	9.659
Imposto de renda e da contribuição social no resultado				
IRPJ/CSLL Corrente	-	-	(89.817)	(3.422)
IRPJ/CSLL Diferido	84.443	-	60.548	13.081
Total	84.443	-	(29.269)	9.659

- (i) Em 2022, dado o fato que a Companhia havia adquirido a EPSA a menos de 2 meses, bem como não havia, ainda, ações concretas a fim de viabilizar a incorporação da EPSA pela Companhia, bem como estudos para realização de tais créditos fiscais, a Administração entendeu não ter evidências suficientes para considerar provável a expectativa de lucratividade futura à época e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, por este motivo não foi reconhecido imposto de renda diferido sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa. Em 2023, conforme nota explicativa 15.2 abaixo, foi constituído, integralmente, imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais de 2022 e 2023.

15.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das intermediárias individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Diferenças temporárias:				
Provisão para participação nos resultados	-	-	3.430	3.702
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.465	2.110
Provisões de "demurrage" e estadias	-	-	5.855	12.348
Passivo de arrendamento	-	-	8.058	6.861
Mais valia na aquisição de investimento	29.491	-	29.491	14.476

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Remensuração da alocação do preço de compra de investimento	12.344	-	12.344	-
Juros Capitalizados	-	-	9.600	12.780
Prejuízos fiscais e base negativa	42.610	-	42.610	-
Outros	-	-	309	1.591
Tributos diferidos - Ativos	84.445	-	114.162	53.868
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(22.769)	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	(1.047)	(1.308)
Tributos diferidos - Passivos	-	-	(23.816)	(24.077)
Imposto de renda ativo diferido, líquido	84.445	-	90.346	29.791

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

Ano	Controladora e Consolidado
	31/12/2023
2024	12.138
2025	18.564
2026	11.908
	42.610

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estão disponíveis lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Adicionalmente, conforme preconiza o CPC31 – Tributos sobre o Lucro, oportunidades de planejamento tributário, devem ser considerados ações futuras que a entidade pode tomar a fim de criar ou aumentar o lucro tributável. Diante disso, dado a evolução dos procedimentos para incorporação da EPSA na CLI Sul, o qual é esperado nos próximos meses, a Administração, considerando o cenário pós incorporação, entende que é altamente provável a recuperação integral dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, bem como das diferenças temporárias ativas.

Na análise, a Administração considerou cenários de estresses com reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados dentro de um período inferior a 10 anos.

A controlada EPSA não apresenta saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a constituição de seu diferido.

16. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debênture (a)/(b)	CDI + 3,20% IPCA + 6,608%	817.285	816.880	1.013.285	816.880
Custo de transação		(11.204)	(12.635)	(17.367)	(12.635)
Total		<u>806.081</u>	<u>804.245</u>	<u>995.918</u>	<u>804.245</u>
Circulante		31.855	23.450	33.798	23.450
Não circulante		<u>774.226</u>	<u>780.795</u>	<u>962.120</u>	<u>780.795</u>
		<u>806.081</u>	<u>804.245</u>	<u>995.918</u>	<u>804.245</u>

A movimentação das debêntures, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	804.245	-	804.245	-
Captação	-	800.000	196.000	800.000
Juros Incorridos e custos	131.588	16.880	133.531	16.880
Custos apropriados (apropriar)	1.430	(12.635)	(6.676)	(12.635)
Pagamentos de principal e juros	<u>(131.182)</u>	-	<u>(131.182)</u>	-
Saldo final	<u>806.081</u>	<u>804.245</u>	<u>995.918</u>	<u>804.245</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
2025	45.760	45.760
2026	46.115	46.115
2027	101.566	101.566
2028 a 2031	<u>580.785</u>	<u>768.679</u>
Saldo final	<u>774.226</u>	<u>962.120</u>

a) Emissão de debêntures em 2022 da controladora

Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debentures estão garantidas pelas ações de emissão da EPSA detidas pela Companhia equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

b) Emissão de debêntures em 2023 da controlada EPSA

Em 27 de outubro de 2023 foram emitidas debentures simples, não conversíveis em ações, que perfizeram o montante de R\$196.000, os quais os créditos imobiliários provenientes das debentures integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários (“CRI”), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública, sendo concluído a transação em 14 de novembro de 2023. As debentures possuem amortizações anuais e iguais do principal a partir de 2031 e pagamento de juros semestrais. Em 31 de dezembro de 2023, os juros provisionados e os custos a amortizar correspondem a R\$1.943 e R\$8.106, respectivamente.

As debêntures contam com garantia fidejussória de suas controladoras indireta, CLI S.A., e de sua controladora direta, CLI Sul S.A.

c) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A primeira emissão de debêntures da CLI Sul e de sua controlada, EPSA, estão sujeitas as mesmas condições restritivas, que contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros (“covenants” financeiros), conforme segue:

Obrigações de medição anual apurada através das demonstrações financeiras da CLI Sul combinadas:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50.

Obrigações de medição semestral apurada através das demonstrações financeiras da CLI Sul consolidado.

- Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado mínimo de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de “covenants” não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de “covenants” financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Tributárias	2.391	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	30.328	34.280
Trabalhistas	28.198	33.151
Total	60.917	69.396

	Depósitos judiciais	
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Tributárias	483	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.476	207
Trabalhistas	931	168
Total	3.890	375

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundos de combinação de negócio (nota explicativa nº2.6)	1.965	31.205	32.732	65.902
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	1.965	34.280	33.151	69.396
Adição de provisão	426	1.259	1.322	3.007
Reversão de provisão	-	(5.189)	(3.462)	(8.651)
Pagamento	-	(22)	(2.813)	(2.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.391	30.328	28.198	60.917

Perdas possíveis

A Companhia possui contingências tributárias, trabalhistas, cível, regulatório ou ambiental, cuja expectativa de perda é possível, o montante de R\$84.754. Desse montante, foi registrado na combinação de negócios o valor de R\$59.366. A flutuação refere-se, substancialmente, a correção monetária dessas contingências, as quais não são contabilizadas à luz do CPC 15 – Combinação de negócio após a aquisição, além de novos processos que perfazem o montante de R\$4.400.

Na controladora não existem processos com classificação de perda possível em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$800.001 representado por 800.000.500 (oitocentos milhões e quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações existentes, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, sendo a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (CLI Norte) sua única acionista.

Em 20 de outubro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo, no valor de R\$419.000, mediante a restituição de capital à sua única acionista e com o cancelamento de 419.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2023, foi retificado o montante aprovado em 20 de outubro de 2023, onde corrigiu a redução de capital para R\$365.000, mediante o cancelamento de 365.000.000 ações. Após cumprimento das formalidades legais e sem qualquer oposição dessa deliberação por credores, foi efetivado a transação em 26 de dezembro de 2023, tendo sido desembolsado, nessa data, o montante mencionado acima de redução de capital.

Consequentemente, o capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$435.001, constituído por 435.000.500 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

18.2. Reserva de lucros

18.2.1. Reserva de retenção lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (dividendos e reserva legal) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

18.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi constituído a reserva no montante de R\$1.858.

18.2.3. Dividendos propostos

A proposta de remuneração ao acionista registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser encaminhada pela Administração à aprovação através de Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), no montante de R\$21.182, refere-se a integralidade da parcela remanescente do lucro líquido, atendendo, assim, a distribuição obrigatória mínima de 20%.

18.2.4. Redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas

O Conselho de Administração da controlada Elevações Portuárias S.A., em 20 de outubro de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares de R\$94.800 aos seus acionistas, tendo sido pago o montante de R\$18.959 a minoritários.

Em Assembleia Geral Extraordinária da EPSA, foi deliberado a redução de capital social mediante a restituição de capital às suas acionistas no montante de R\$495.200, tendo sido restituído a minoritários o montante de R\$99.039.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no período.

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	37.167	(14.127)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo de resultado básico por ação (milhares)	794.001	109.590
Resultado básico por ação - R\$ mil	<u>0,047</u>	<u>(0,129)</u>

Não há ações ou instrumentos patrimoniais que gerem potenciais efeito de diluição no resultado do exercício de 2023 e 2022.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por categoria	Nível	Consolidado	
			31/12/2023 Contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	246.787	246.787
Contas a receber	Custo amortizado	-	24.268	24.268
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	17.371	17.371
Outros créditos	Custo amortizado	-	3.429	3.429
Total			<u>291.855</u>	<u>291.855</u>

	Classificação por categoria	Nível	Consolidado	
			31/12/2023	
			Contábil	Valor justo
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures	Custo amortizado	-	995.918	1.024.737
Fornecedores	Custo amortizado	-	16.919	16.919
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	98.795	98.795
Partes relacionadas	Valor justo contra o resultado	Nível 2	197.828	197.828
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	15.086	15.086
Total			<u>1.324.546</u>	<u>1.353.365</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos que os juros são pós-fixados (debêntures e caixa e equivalentes de caixa), o valor justo aproximam-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

20.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

20.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

20.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Consolidado	Risco	Taxa provável	31/12/2023			
			Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Aplicações financeiras			236.942	23.126	28.908	34.689
Ativos financeiros	CDI	9,76%	<u>236.942</u>	<u>23.126</u>	<u>28.908</u>	<u>34.689</u>
Passivo de arrendamentos	IPCA	3,60%	98.795	3.557	4.446	5.336
Debêntures	IPCA	3,60%	189.837	6.834	8.543	10.251
Debêntures	CDI	9,76%	806.081	78.674	98.343	118.011
Passivos financeiros			<u>1.094.713</u>	<u>89.065</u>	<u>111.332</u>	<u>133.598</u>
Exposição líquida / impacto no resultado			(857.771)	(65.939)	(82.424)	(98.909)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 31/12/2023
Debêntures	33.798	91.875	870.245	995.918	-	995.918
Passivo de arrendamento	16.438	19.755	185.625	221.818	123.023	98.795
Partes relacionadas	197.828	-	-	197.828	-	197.828
Outras contas a pagar	15.087	-	-	15.087	-	15.087
Passivos financeiros	<u>280.070</u>	<u>111.630</u>	<u>1.055.870</u>	<u>1.447.570</u>	<u>123.023</u>	<u>1.324.547</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2023</u>
<u>Ativo</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	5.809
Clientes estrangeiros	<u>10.728</u>
Total	<u><u>16.537</u></u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	<u>Consolidado</u>			
	4,8410	5,1232	6,0513	7,2615
<u>Ativos em dólar</u>	<u>Exposição</u> <u>US\$ mil</u>	<u>Cenário</u> <u>provável</u>	<u>Cenário I</u> <u>Depreciação</u> <u>- 25%</u>	<u>Cenário I</u> <u>Depreciação</u> <u>- 50%</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.237	1.452	(1.452)	(2.905)
Clientes estrangeiros	<u>3.733</u>	<u>2.682</u>	<u>(2.682)</u>	<u>(5.364)</u>
	<u>4.970</u>	<u>4.134</u>	<u>(4.134)</u>	<u>(8.269)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,1232/US\$1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$6,0513/US\$1,00) e de 50% (R\$7,2615/US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

21. RECEITA OPERACIONAL

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> <u>(reapresentado)</u>
Mercado externo	390.706	15.153
Mercado interno	<u>333.729</u>	<u>25.216</u>
Total de receita bruta	724.435	40.369
Impostos sobre vendas	<u>(53.258)</u>	<u>(2.300)</u>
Total de receita líquida	<u><u>671.177</u></u>	<u><u>38.069</u></u>

22. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Material de uso e consumo	-	-	(16.656)	-
Pessoal e benefícios	-	-	(99.532)	-
Serviços de terceiros	(2.957)	(11.385)	(46.110)	(4.971)
Elevação portuária	-	-	(72.930)	(15.758)
Gastos com rateios corporativos	-	-	(22.842)	-
Gastos com manutenção periódica	-	-	(15.578)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.108)	-
Reversão para riscos e depósitos judiciais	-	-	5.644	-
Venda ou baixa bens de imobilizado	-	-	(41.101)	-
Depreciação e amortização	(52.566)	(6.672)	(127.042)	(14.235)
Efeitos de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	(36.307)	-	(36.307)	-
Outras despesas (i)	(128)	(736)	(9.321)	(10.211)
	<u>(91.958)</u>	<u>(18.793)</u>	<u>(482.883)</u>	<u>(45.175)</u>
Custos dos serviços prestados	-	-	(307.764)	(21.524)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(55.651)	(12.121)	(87.755)	(14.607)
Outras receitas (despesas), líquidas	(36.307)	(6.672)	(87.364)	(9.044)
Total	<u>(91.958)</u>	<u>(18.793)</u>	<u>(482.883)</u>	<u>(45.175)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Receita sobre aplicação financeira	20.390	2.949	55.122	5.206
Outras receitas financeiras	-	-	4.896	-
Total das receitas financeiras	<u>20.390</u>	<u>2.949</u>	<u>60.018</u>	<u>5.206</u>
Juros sobre empréstimos obtidos	(131.587)	(16.880)	(133.530)	(16.880)
Juros apropriados com arrendamento	-	-	(14.462)	-
Outras despesas financeiras	(2.572)	(544)	(5.274)	(1.890)
Total das despesas financeiras	<u>(134.159)</u>	<u>(17.424)</u>	<u>(153.266)</u>	<u>(18.770)</u>
Variação cambial líquida	-	-	(2.138)	-
Total Resultado Financeiro	<u>(113.769)</u>	<u>(14.475)</u>	<u>(95.386)</u>	<u>(13.564)</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessões, gestão logística e armazenamento de grãos no Porto de Santos, na região Sudeste do Brasil.

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Remensuração de arrendamento	5.831	10.504
Dividendos declarados e não pagos	21.182	26.682
Dividendos declarados pela EPSA e ainda não pagos.	22.000	-

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em janeiro de 2024, a Companhia recebeu autuação das autoridades tributárias questionando o não pagamento de ISS em certas transações comerciais no montante antes de multa e juros de R\$14.853. Com base no assessor jurídico externo da Companhia, o risco de perda foi determinado como possível, sem assim, não foi constituído qualquer provisão relacionada a esse assunto.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2024.